



1º SIMULADO

Delegado PC MG



Simulado PC-MG

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-MG;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PCMG-Delegado-23-10>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO ADMINISTRATIVO

Cláudio Tusco

01. O Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais averiguou que os alimentos comprados pela Secretaria de Educação não estavam chegando integralmente às escolas, ou eram entregues após a data de vencimento. Ao verificar tal situação, o Conselho decidiu acionar imediatamente a autoridade responsável. Essa conduta do Conselho é um exemplo de:

- a) regulação consultiva;
- b) deliberação executiva;
- c) controle social;
- d) auditoria governamental.

02. O controle na Administração Pública é de suma importância para que o Estado execute suas funções em conformidade com a Constituição. Sobre o controle interno no Brasil, assinale a afirmativa correta:

- a) Está subordinado ao controle externo, tendo a sua organização definida pelos tribunais de contas.
- b) Por ter caráter meramente administrativo, não assegura os princípios de ampla defesa e contraditório.
- c) Utiliza a técnica de controle posterior, deixando o controle prévio e concomitante a cargo do órgão de controle externo.
- d) Será exercido de maneira integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

03. O Município Ômega, com menos de 200.000 habitantes, editou lei ordinária autorizando a criação de uma sociedade de economia mista para a elaboração de projetos e realização de obras de engenharia. A intenção do Município é a de que a empresa participe da reurbanização de uma certa área. Sobre essa sociedade, assinale a afirmativa correta:

- a) A criação da sociedade de economia mista deveria ter sido autorizada por meio de lei complementar, não sendo válida a autorização veiculada em lei ordinária.
- b) A sociedade de economia mista municipal deve sujeitar-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e trabalhistas.
- c) Não é possível a criação de uma sociedade de economia mista, no caso, tendo em vista o tamanho da população municipal.
- d) A criação de sociedade de economia mista que explore diretamente o exercício de atividade econômica está vedada desde a edição da Emenda Constitucional nº 19.

04. João, Analista Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no exercício da função, causou danos morais a Joana, parte autora em determinado processo judicial, cujos autos foram extraviados por culpa de João. Em razão de tais fatos, Joana obteve êxito em ação indenizatória aforada em face do Estado de Minas Gerais. Na hipótese narrada, o poder público estadual:

- a) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, tendo o ônus de comprovar que o agente público agiu com culpa.
- b) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, desde que cumpra o ônus de comprovar que o agente público agiu com dolo.
- c) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, independentemente de comprovar a culpa ou dolo do agente, em razão da responsabilidade civil objetiva.
- d) não pode acionar judicialmente João, eis que a responsabilidade civil objetiva se aplica apenas em face do Estado, que não tem o direito de regresso contra o agente.

05. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado de Minas Gerais serão punidos na forma da Lei nº 8.429/92, que se aplica em todos os níveis da federação. Nesse contexto, o ato de improbidade administrativa tem natureza de ilícito:

- a) criminal, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo criminal.
- b) administrativo, passível de sanções como a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.

c) disciplinar, passível de sanções como a perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.

d) cível, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo cível.

06. O Governador do Estado de Minas Gerais determinou à Secretaria Estadual de Cultura que, no âmbito de sua competência, fomentasse ações tendentes à valorização do patrimônio imaterial cultural da região. Inconformado com a política pública adotada e a situação de precariedade na saúde pública estadual, o cidadão João propôs ação popular requerendo ao Judiciário que transfira toda a verba pública que seria utilizada naquele ano na área de cultura para os hospitais estaduais, inclusive anulando todos os empenhos já realizados. No caso em tela, em regra, ao Poder Judiciário Estadual:

- a) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas aferir a legalidade dos atos administrativos praticados e não os revogar por motivo de oportunidade ou conveniência.
- b) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas valorar a discricionariedade dos atos administrativos praticados e revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência.
- c) cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo anular os atos administrativos que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual.
- d) cabe se imiscuir na legalidade e mérito de cada ato administrativo, devendo anular aqueles que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual.

07. João, Policial Civil, no exercício da função, recebeu vantagem econômica, que consiste em mesada no valor mensal de cinco mil reais, para tolerar a exploração e a prática de jogos de azar na área circunscricional da Delegacia de Polícia onde está lotado. Assim agindo, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, João:

- a) não praticou ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo aos cofres públicos, circunstância imprescindível para configuração do ato ímprobo;
- b) não praticou ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade legal estrita, mas está incurso em penalidade disciplinar;
- c) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial;
- d) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até dez vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

08. Em matéria de controle da Administração Pública, de acordo com o ordenamento jurídico e a doutrina de Direito Administrativo, o Poder Judiciário:

- a) não se submete a controle por parte do Poder Executivo, em razão do princípio da soberania das decisões judiciais;
- b) não se submete a controle por parte dos Poderes Legislativo e Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes;
- c) se submete a controle por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, em razão do sistema de freios e contrapesos;

d) se submete a controle contábil, financeiro e orçamentário, por parte do Poder Executivo, por meio do Tribunal de Contas.

09. Os poderes administrativos são instrumentais, pois consistem em mecanismos de trabalho por meio dos quais os órgãos e as entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas missões. São hipóteses, respectivamente, de emprego do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público competente:

- a) indefere a implantação de determinado loteamento urbano requerido por particular, por não atender aos requisitos legais; e atua como segurança patrimonial para preservar certo bem público;
- b) emite ato administrativo de demissão de servidor público, após regular processo administrativo disciplinar; determina a servidor hierarquicamente inferior que desempenhe certa função na repartição onde está lotado;
- c) edita decreto contendo normas gerais que complementam lei ordinária em determinada matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em mercado privado;
- d) edita emenda à Constituição Estadual com regras específicas sobre serviços de interesse local; e expede ordem de serviço disciplinando a divisão de atribuições de servidores lotados na Secretaria de Segurança Pública.

10. Imagine duas hipóteses em que um cidadão é vítima de roubo em via pública. O primeiro crime ocorre em uma rua deserta de madrugada, e o segundo, em rua movimentada, na parte da tarde, em frente à delegacia, onde havia policiais na entrada, que nada fizeram. De acordo com jurisprudência e doutrina modernas, em tese, incide a responsabilidade civil:

- a) objetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- b) subjetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, com necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- c) objetiva na segunda hipótese, e a omissão específica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- d) subjetiva na primeira hipótese, e a omissão genérica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

11. Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a LINDB, uma lei nova:

- a) que estabeleça disposições gerais ou especiais a par de uma lei já existente, revoga-a completamente.
- b) quando regular uma extensa parte da matéria da lei anterior, revoga-a completamente e a substitui.
- c) quando revogar uma lei que já tenha revogado outra, automaticamente restaura a lei revogada.

d) caso não se destinar à vigência temporária, vigorará até que outra a modifique ou revogue.

12. Carlito, com 16 anos, aproveitando-se da ausência de seus pais, resolveu pegar o carro de sua mãe para ir à uma festa com seus amigos. Na volta, em razão da ingestão de bebida alcoólica, Carlito atropelou Agnaldo, que vendia água em um semáforo. Como sofreu várias lesões e deformações e ainda ficou impossibilitado de vender suas águas, Agnaldo resolveu ajuizar ação de reparação em face de Carlito. Diante do exposto e de acordo com o Código Civil e a jurisprudência é correto afirmar que:

- a) Agnaldo somente poderá requerer indenização por danos materiais, uma vez que é vedada a cumulação de danos morais e materiais, ainda que se constate o dano moral decorrente das deformações.
- b) Não pode haver a responsabilização de Carlito, uma vez que se trata de menor, relativamente capaz. Assim, somente seus pais é que devem, em qualquer hipótese, arcar com os danos causados a Agnaldo.
- c) A responsabilidade de Carlito será subsidiária, condicional, mitigada e equitativa, pois, apesar de ser individual, há situações em que se atribui a outrem a responsabilidade de um terceiro.
- d) Agnaldo apesar de haver sofrido deformações, não poderá requerer a cumulação de danos morais e danos estéticos, pois ambos são sinônimos e podem acarretar *bis in idem*, prática vedada no ordenamento jurídico brasileiro.

13. Roberta, Ana e Solange resolveram locar a chácara de Dimas, locador, para comemorar o aniversário da mãe. Ficou acordado que o pagamento do aluguel se daria no dia seguinte à festa, de maneira solidária. Com base no que dispõe o Código Civil, é correto afirmar que:

- a) Em caso de inadimplemento, Dimas poderá cobrar o pagamento do aluguel de apenas uma das irmãs ou de todas elas.
- b) Caso Roberta deposite em forma de pagamento determinada quantia a Dimas, tal valor não deve ser proporcionalmente abatido da dívida das outras duas irmãs.
- c) Caso Dimas ingresse com ação apenas em face de Ana, ficará apenas ela obrigada ao pagamento do aluguel, exonerando-se as demais.
- d) Caso Dimas exonere Solange, automaticamente ficam exoneradas também as outras duas irmãs.

14. Em se tratando daquilo que dispõe o Estatuto do Idoso, a Lei 10.741/2003, é correto afirmar que:

- a) As pessoas a quem se destina a lei são aquelas cuja idade é superior a 65 anos.
- b) O Estado é o principal responsável pela prevenção a ameaça ou violação aos direitos do idoso.
- c) A inobservância das normas de prevenção previstas no Estatuto do Idoso pode acarretar a responsabilização tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica.
- d) O envelhecimento é um direito social e sua proteção um direito personalíssimo.

15. Ao que diz respeito à evicção e os direitos do evicto, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) Havendo evicção, o preço a ser ressarcido ao evicto é aquele referente ao valor da coisa, na época em que houve a sua aquisição.
- b) Havendo evicção, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou, o evicto tem direito também à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.
- c) Havendo a evicção, o evicto pode demandar pela evicção, ainda que à época em que adquiriu a coisa soubesse que era alheia ou litigiosa.
- d) Havendo a evicção, o evicto tem direito apenas às quantias que pagou pela coisa, pois os demais encargos, como o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios são de sua inteira responsabilidade.

16. Em se tratando daquilo que dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146/2015, é correto afirmar que:

- a) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza mental ou intelectual, apenas.
- b) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Quanto à criação dos instrumentos para avaliação da deficiência, esta fica a cargo do poder legislativo.
- c) Toda pessoa é responsável por comunicar à autoridade competente toda e qualquer forma de ameaça ou violação aos direitos da pessoa com deficiência.
- d) Existindo ações afirmativas que beneficiem a pessoa com deficiência, fica ela obrigada à sua fruição.

17. De acordo com o Código Civil de 2002, podem ser consideradas pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os partidos políticos.
- b) As entidades de caráter público criadas por lei e as fundações.
- c) Os Estados estrangeiros e as pessoas regidas pelo direito internacional.
- d) As autarquias, que incluem também as associações públicas.

18. Tomás, em determinado dia, resolveu sair para fazer as compras e desapareceu sem deixar qualquer notícia, de maneira que ninguém mais o viu nem soube de seu paradeiro. Diante desta situação e de acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) É possível a declaração da morte presumida de Tomás sem a decretação de ausência.
- b) Caso Tomás não tenha deixado representante ou procurador a quem caiba administrar seus bens, qualquer interessado ou o Ministério Público poderá requerer em juízo a declaração de ausência e a nomeação como curador.
- c) Serão legítimos curadores dos bens do ausente, os descendentes e na falta destes os ascendentes. Não havendo qualquer dos citados anteriormente, o cônjuge, desde que não esteja separado de fato ou judicialmente por mais de dois anos antes da declaração de ausência.
- d) Nos casos de ausência, a sucessão definitiva pode ser requerida no prazo de 20 (vinte) anos após a abertura da sucessão provisória.

19. Após desastrosa enchente, Claudete, dona de uma balsa, passou a cobrar de seus vizinhos, que tentavam desesperadamente salvar seus bens móveis e eletrodomésticos, dez vezes o valor que costumava cobrar rotineiramente. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, o negócio jurídico celebrado por Claudete é:

- a) Válido, pois assim como os vizinhos, Claudete que perdera seus móveis em razão da enchente, agora precisa arrecadar fundos para reconstruir a sua casa e readquirir seus bens.
- b) Inexistente, pois a situação excepcional não permite a formulação de negócios jurídicos de qualquer espécie.
- c) Nulo, em razão do vício de lesão presente no negócio jurídico celebrado entre Claudete e seus vizinhos.
- d) Anulável, em razão do vício de lesão presente no negócio jurídico celebrado entre Claudete e seus vizinhos.

20. Jonas, dirigia em velocidade acima do permitido quando colidiu com o portão da casa de Silas, destruindo-o completamente. Apesar de haverem compartilhado o contato e Jonas haver se comprometido a arcar com os danos, este nunca mais contactou Silas. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, caso Silas não ressarça os danos causados a Jonas, este poderá requerer judicialmente a reparação no prazo de:

- a) Dez anos, uma vez que a lei não estipula prazo prescricional menor para a proposição da ação de reparação abordada no enunciado.
- b) Cinco anos, pois se trata de uma cobrança de dívida líquida, formada a partir da promessa de ressarcimento feita por Jonas.
- c) Em um ano, pois se trata de pretensão contra credor não pago.
- d) Em três anos, pois se trata de pretensão relativa a reparação civil.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou João da Silva, general do Exército, como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.
- c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.

22. A respeito dos direitos e garantias individuais, aponte a assertiva correta.

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada a natureza paramilitar.
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.

c) As associações, independentemente de autorização, representam seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

d) É vedada a criação de mais de uma associação, da mesma categoria profissional ou com a mesma finalidade, dentro de uma mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um município.

23. Lei do Município de Montes Claros-MG dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador de Minas Gerais pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador de Minas Gerais não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.
- d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

24. Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.
- b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.
- c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o “status” de Emenda Constitucional.

25. O Presidente da República, em casos de relevância e urgência, pode editar medidas provisórias com força de lei. A Constituição Federal, todavia, estabelece uma série de limitações de assuntos. Aponte a alternativa em que a matéria não é proibida para as medidas provisórias.

- a) nacionalidade.
- b) organização judiciária.

- c) direito civil.
- d) direitos políticos.

26. O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.

27. João, Presidente da República, atentou contra o exercício de direitos individuais e políticos, motivo pelo qual veio a ser acusado por Maria, brasileira, cidadã, de crime de responsabilidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- b) Caso condenado, o Presidente da República poderá sofrer a perda do cargo e a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- c) Após a formalização do processo pelo Senado Federal, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo pelo prazo limite de 180 dias.
- d) A autorização da Câmara dos Deputados vincula o Senado, que deverá formalizar o processo contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.

28. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a única alternativa compatível com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Constituição estadual não pode separar matéria para ser disciplinada por lei complementar.
- b) O Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, poderá autorizar o Presidente da República a elaborar leis delegadas, obedecidas as limitações constitucionais.
- c) Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo por solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

d) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, uma vez aprovada a PEC pelo Legislativo, o Presidente da República terá quinze dias úteis para se manifestar, sancionando ou vetando a proposição.

29. Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC) que, a pretexto de promover o reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, viola claramente garantia individual prevista na Lei Maior. A respeito do fato narrado, para combater a deliberação da PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- c) ação civil pública.
- d) mandado de segurança, impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta.

30. Com relação à disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens abaixo e em seguida aponte a alternativa correta.

I. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que condiciona a criação de CPI à aprovação do requerimento pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

II. Cada CPI deve investigar um único fato, uma vez que, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se o fato objeto da investigação for genérico, haverá inconstitucionalidade.

III. Magistrados não podem ser convocados a prestarem depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão incorretas.
- d) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. Em relação às Teorias do Delito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A antinormatividade, de acordo com Zaffaroni, consiste em se averiguar a proibição através da indagação do alcance proibitivo da norma, não considerada de forma isolada, e sim conglobada na ordem normativa.
- b) A culpa imprópria está presente na discriminante putativa, nela, o agente dá causa dolosa ao resultado, mas responde como se tivesse praticado crime culposo, em razão de erro evitável pelas circunstâncias.
- c) No dolo direto, o agente quer efetivamente produzir o resultado, ao praticar a conduta típica, e no dolo indireto, o agente não busca com sua

conduta resultado certo e determinado, subdividindo-se em dolo alternativo e eventual.

d) De acordo com a teoria objetiva-formal, há tentativa, quando o agente, de modo inequívoco, exterioriza sua conduta no sentido de praticar a infração penal.

32. Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, é CORRETO afirmar:

- a) A responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo crime imputado ao agente não pode ser estendida aos seus herdeiros sem que haja violação do princípio da personalidade da pena.
- b) Conforme o princípio da culpabilidade, a responsabilidade penal é subjetiva, pelo que nenhum resultado penalmente relevante pode ser atribuído a quem não o tenha produzido por dolo ou culpa, elementos finalisticamente localizados na culpabilidade.
- c) O princípio da insignificância funciona como causa de exclusão da culpabilidade, sendo requisitos de sua aplicação para o STF a ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e a inexpressividade da lesão jurídica.
- d) O princípio da legalidade, do qual decorre a reserva legal, veda o uso dos costumes e da analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes, embora permita a interpretação analógica da norma penal.

33. Trata-se de lesão corporal de natureza gravíssima, conforme o Artigo 129 do Código Penal Brasileiro:

- a) Perigo de vida.
- b) Deformidade permanente.
- c) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- d) Incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias.

34. Em relação aos crimes contra a administração pública, é correto o que se afirma, EXCETO em:

- a) O delito de violação de sigilo funcional se caracteriza quando, em razão do cargo ocupado, o funcionário público revela o fato de que teve ciência, mesmo tendo recebido expressa recomendação no sentido de não o falar a qualquer outra pessoa, ainda que se refira a outro funcionário público.
- b) O crime de abandono de função possui previsão legal na forma dolosa e culposa.
- c) O crime de prevaricação pode ser praticado pelo funcionário público por meio de ação ou omissão, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

35. Com relação ao erro no Direito Penal, é CORRETO afirmar:

- a) Quando, por erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, considerando-se as qualidades da vítima que almejava. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do concurso formal: estamos diante da figura conhecida como *aberratio criminis*.
- b) O agente que, objetivando determinado resultado, termina atingindo resultado diverso do pretendido, responde pelo resultado diverso do pretendido somente por culpa, se for previsto como delito culposos. Quando o agente alcançar o resultado almejado e também resultado diverso do pretendido, responderá pela regra do concurso formal, restando configurada a *aberratio causae*.
- c) Mãe que, a fim de cuidar do machucado de seu filho, aplica sobre o ferimento ácido, pensando tratar-se de pomada cicatrizante, age em erro de proibição.
- d) Fazendeiro que, para defender sua propriedade, mata posseiro que a invade, pensando estar nos limites de seu direito, atua em erro de proibição indireto.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

36. Acerca da prisão temporária, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, regulamentada pela Lei. 7.960/89. Pode ser decretada tanto na fase investigativa bem como durante o processo criminal, quando se deseja evitar a destruição de provas.
- b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que seja imprescindível ao inquérito policial conforme disposto no art. 1º da Lei 7.960/89.
- c) A prisão temporária tem um prazo máximo de duração de 05 dias, prorrogáveis por mais 05 dias, desde que se comprove sua necessidade.
- d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em se tratando de crimes hediondos ou equiparados, conforme disposto no artigo 2º da Lei 7.960/89.

37. Junior baiano chuta a canela de Márcia causando-lhe lesões corporais de natureza leve (art. 129. Pena de detenção de 3 meses a 1 ano) após uma discussão no trânsito. A denúncia do Ministério Público foi rejeitada pelo magistrado competente. A respeito dos recursos cabíveis contra essa decisão de rejeição de denúncia ou queixa-crime, indique a alternativa CORRETA:

- a) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- b) Apelação, no prazo de 05 dias.
- c) Apelação, no prazo de 10 dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias.

38. Acerca do benefício do sursis processual previsto na Lei n. 9.099/95, é correto afirmar que

- a) É cabível o benefício na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, exceto em grau recursal.
- b) Suspensão condicional do processo, também conhecida como sursis processual, é um instituto despenalizador previsto no art. 89 da Lei n. 9099/95 que determina a suspensão do processo somente mediante a reparação do dano pelo autor dos fatos.
- c) De acordo com o art. 89, caput, da Lei n. 9099/95, para fazer jus ao sursis processual a pena privativa de liberdade cominada ao delito deve ser de até 2 anos, pouco importando se é de reclusão ou detenção, ressalvada as hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

39. Acerca da Lei n. 7.492/86, assinale a alternativa correta.

- a) Pacificou-se nos Tribunais Superiores o entendimento de que o crime de gestão fraudulenta se classifica como material impróprio, bastando uma única ação para que se configure.
- b) O princípio da insignificância, que gera a atipicidade material da conduta, não se aplica ao crime de gestão fraudulenta.
- c) O princípio da insignificância, que gera a atipicidade formal da conduta, se aplica ao crime de gestão fraudulenta.
- d) O crime de gestão temerária admite modalidade culposa.

40. Assinale a hipótese que não afasta a elaboração de termo circunstanciado em relação a lesão corporal culposa no trânsito.

- a) Racha
- b) Embriaguez
- c) Guiar veículo automotor com habilitação vencida
- d) Excesso de velocidade em 50 km/h acima do limite permitido

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

41. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) A Polícia Administrativa tem como funções precípua o patrulhamento ostensivo, a prevenção de infrações penais inclusive apurando-lhes materialidade e autoria.
- c) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o inquérito no prazo estabelecido em lei após a confecção do relatório com a descrição minuciosa das diligências encetadas naquele procedimento.
- d) o advogado possui acesso amplo aos elementos de prova relacionados a diligências já documentadas em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária quando digam respeito ao exercício do direito de defesa de seus clientes, não sendo possível exigir tal prerrogativa nas investigações diretas do MP por não se tratar de órgão com competência de polícia judiciária.

42. Em relação ao inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

- I) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- II) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- III) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- IV) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

Assinale a alternativa correta.

- a) V, V, V, F.
- b) V, V, F, F.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, F, V.

43. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, o indiciado e as testemunhas poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade no curso do inquérito policial.
- c) Do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o juiz competente no prazo de 05 (cinco) dias.
- d) Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

44. Acerca da Ação Penal, julgue os itens abaixo.

- I) Em qualquer momento da ação penal, o ofendido poderá exercer o direito de se retratar da representação.
- II) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- III) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) F, V, V.

45. São critérios de determinação da competência jurisdicional, exceto:

- a) a distribuição;
- b) a natureza da infração;
- c) serendipidade;
- d) a conexão ou continência;

46. Sobre prisões, assinale o item correto.

- a) Nas hipóteses de captura em flagrante delito, o preso deve ser apresentado à autoridade policial da localidade onde se deu a detenção. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar onde o crime se consumou.
- b) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito somente após cessar a permanência.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

47. Acerca do tema Prisão, assinale a alternativa correta.

- a) O flagrante próprio ocorre quando o indivíduo é encontrado, logo depois, pela autoridade, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) Em relação às garantias constitucionais do preso, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados no prazo de vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

48. Assinale a alternativa mais adequada às disposições normativas referentes ao processo penal brasileiro:

- a) O instituto da audiência de custódia no Brasil ainda não encontra amparo legal, restando sua regulamentação exclusiva em atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e Tribunais Regionais;
- b) Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia;

- c) A execução da pena pode se deflagrar a partir da confirmação da condenação por deliberação de órgão colegiado de 2º grau de jurisdição;
- d) O juiz não pode decretar nem revogar de ofício medidas cautelares diversas da prisão;

49. Em relação às prisões e a liberdade provisória, julgue os itens subsequentes.

- I) O prazo da prisão temporária será de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- II) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.
- III) A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato acobertado por alguma das excludentes de ilicitude.

Assinale a sequência correta.

- a) F, V, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.

50. A sentença conterá:

- I) a exposição sucinta apenas da acusação;
- II) os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- III) a data e a assinatura do juiz;

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente I e II.
- b) Somente II e III.
- c) Somente III.
- d) Somente I.

DIREITO HUMANOS

Rafael Barreto

51. Considerando a teoria geral dos direitos humanos, é correto afirmar que:

- a) Os Direitos Humanos de defesa relacionam-se com a prerrogativa de a pessoa solicitar uma conduta ativa do Estado a fim de promover seus direitos fundamentais.
- b) A compreensão moderna de Direitos Humanos é marcada pela universalidade e pela divisibilidade desses direitos.
- c) Os adeptos do positivismo jurídico defendem que os direitos humanos são direitos inatos à pessoa, que decorrem da sua própria condição de ser humano.
- d) A partir de um resgate da visão kantiana, a única condição exigida para que alguém seja titular de Direitos Humanos é sua condição de ser humano.

52. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é considerada o documento fonte do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Em seu texto, o documento consagra uma série de direitos, dentre os quais NÃO se inclui:

- a) Direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- b) Direito de não ser mantido em escravidão ou servidão
- c) Direito de acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos em duplo grau de jurisdição no caso de ações propostas diretamente no Supremo Tribunal Federal.
- d) Direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

53. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O STF entende que não há impedimento a que um brasileiro seja processado e julgado no Brasil pelos mesmos fatos pelos quais fora condenado em ação penal já transitada em julgado sob a jurisdição de outro Estado.
- b) O Supremo Tribunal Federal julgou incompatível com a Constituição da República e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos o tipo penal do desacato, previsto no art. 331 do Código Penal brasileiro.
- c) Nos termos do decidido liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal, por força do Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e como decorrência da cláusula do devido processo legal, a realização de audiência de apresentação é de observância obrigatória.
- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, não há obrigatoriedade do Estado brasileiro em adotar medidas para garantir o pleno exercício do direito de propriedade de comunidades formadas por descendentes de escravos fugitivos sobre as terras tradicionais com as quais mantêm relações territoriais.

54. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos, e hipótese de prisão civil de depositário infiel, é correto afirmar que:

- a) Admite-se a prisão civil do depositário infiel, pois expressamente autorizada pela Constituição Federal.
- b) Apesar de expressamente autorizada pela Constituição Federal, a prisão civil do depositário infiel não é mais admitida, em razão da natureza supraconstitucional da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- c) Não é admitida a prisão civil do depositário infiel, pois, conforme entendimento adotado pelo STF, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos revogou o dispositivo constitucional que autorizava esse tipo de prisão.
- d) Não é admitida a prisão civil do depositário infiel, pois, apesar de expressamente autorizada pela Constituição Federal, a aplicabilidade do dispositivo constitucional não ocorre em virtude de previsão da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que tem natureza supralegal

55. Acerca da prática de tortura, e da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, é incorreto afirmar que:

- a) O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura, ocorridos durante o Regime Militar de exceção, são prescritíveis.
- b) A declaração prestada sob tortura não poderá ser invocada como prova em qualquer processo, exceto contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que a declaração foi prestada.
- c) O termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou

mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões.

- d) Cabe ao Estado Parte assegurar que todos os atos de tortura sejam considerados crimes segundo a sua legislação penal.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

56. Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado:

- a) Por uma pessoa idônea, portadora de curso superior preferencialmente em área específica com habilitação técnica relacionada à natureza do exame.
- b) Por duas pessoas idôneas, portadora de diploma de curso superior em qualquer área.
- c) Por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente em área específica relacionada à natureza do exame.
- d) Por uma pessoa idônea, sem necessidade de curso superior, bastando ter habilitação técnica relacionada à natureza do exame.

57. Um machado é considerado um instrumento:

- a) cortante.
- b) contundente.
- c) perfuro-contundente.
- d) corto-contundente.

58. A ferida incisa produzida na parte lateral do pescoço recebe o nome de:

- a) degola.
- b) decapitação.
- c) esgorjamento.
- e) espostejamento.

59. A desordem caracterizada pela excitação sexual por bonecas é chamada de:

- a) edipismo.
- b) frotteurismo.
- c) pigmalianismo.
- d) dolismo.

60. É considerado um fenômeno cadavérico imediato, **EXCETO**:

- a) insensibilidade.
- b) imobilidade.
- c) parada da respiração.
- d) rigidez.

61. A asfixia ocasionada pela obstrução das vias respiratória por meio empoeirado é chamada de:

- a) confinamento.
- b) soterramento.
- c) estrangulamento.
- d) enganadura.

62. Nos termos do Código de Processo Penal, a autópsia deve ser feita:

- a) Em até seis horas após o óbito, podendo ser prorrogada.
- b) Pelo menos oito horas após o óbito, podendo ser antecipada.
- c) Em até oito horas após o óbito, podendo ser prorrogada.
- d) Pelo menos seis horas após o óbito, podendo ser antecipada.

63. São características comuns das lesões incisas, **exceto**:

- a) Sangramento abundante.
- b) Bordas regulares.
- c) Presença de vestígios traumáticos em torno da lesão.
- d) Predominância da extensão em relação à profundidade.

64. O Sinal de Chambert é encontrado nas:

- a) queimaduras 4º grau.
- b) queimaduras de 2º grau.
- c) lesões produzidas por energia elétrica natural.
- d) queimaduras de 1º grau.

65. É característica geralmente presente no sulco produzido pelo enforcamento:

- a) profundidade uniforme.
- b) múltiplo.
- c) sobre a laringe.
- d) descontínuo.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

66. A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, julgue os itens subsequentes.

I Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.

II A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

III O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.

IV A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.

67. Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) Clássica se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Raffaele Garofalo.

c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.

d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Criminogênese.

68. Segundo os estudos da Vitimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.

b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).

c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminosa do delinquente, como no caso do momento do estupro.

d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que algum ente próximo foi vítima de assalto.

69. Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas de criminosos.
- b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.
- c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.
- d) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

70. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

- I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.
- II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.
- III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.
- IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de

risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos. Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente a alternativa I é verdadeira.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCMG-Delegado-23-10>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>